

**15.PROPOSTA – PARTIDO SOCIALISTA:**

Submete-se proposta apresentada pelo Partido Socialista referente a cobrança complementar ao serviço de almoço no 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Braga.

## Ana Ferreira

---

**De:** Liliana Pereira <liliana.lpereira@gmail.com>  
**Enviado:** 28 de novembro de 2019 11:50  
**Para:** Ana Ferreira; Glória Pereira  
**Cc:** Artur Feio  
**Assunto:** Envio de Proposta  
**Anexos:** Proposta PS Serviço de CAF.pdf

Cara Dra Ana Ferreira

Espero que o presente email a encontre bem.

Envia-se, em anexo, proposta dos vereadores do Partido Socialista, que solicitamos que integre a minuta da reunião de câmara da próxima 2ª feira.

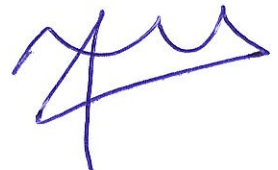
Sem mais de momento,

--

Liliana Matos Pereira  
[liliana.lpereira@gmail.com](mailto:liliana.lpereira@gmail.com)

A ~ de Artur.

19.11.28





## Proposta

Veio recentemente à colação a impossibilidade de qualquer cobrança complementar ao serviço de almoço no 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Braga.

Considera o Município que, por este serviço ser uma obrigação legal, não pode ser cobrada qualquer taxa adicional ao mesmo.

Numa interpretação muito restrita, pode-se, eventualmente, considerar que está correcta esta posição. É verdade que as famílias com escalão não podem pagar mais do que o valor previsto na Lei que é de 0€ para escalão A; 0,73€ para o escalão B; e 1,46€ para os alunos sem escalão.

No entanto, aquilo que se considera “período de almoço” não corresponde à efectiva realidade existente nas Escolas e nem sequer às especificidades de cada Agrupamento.

Existe sempre um “período de Almoço” ao qual se segue, obrigatoriamente, um período, de uma a duas horas, de efectiva “interrupção lectiva” que vai muito para além da “vigilância e acompanhamento do período de almoço escolar”.

O serviço de Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo previsto na **Portaria 644-A/2015** é, aliás, bastante claro sobre essa questão:

Refere no seu **Artigo 5.º - Natureza e âmbito – ponto 1** - “*Considera -se CAF o conjunto de actividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção lectiva.*”

Somos por essa razão obrigados a analisar se o almoço é ou não componente lectiva.

O **Despacho Normativo n.º 10-B/2018** clarifica aquilo que é componente lectiva dos docentes. No seu **artigo 5º - ponto 3** refere que – “*No 1.º ciclo do ensino básico, o tempo total da matriz curricular integra o tempo inerente ao intervalo entre as actividades lectivas com excepção do período de almoço.*” e no seu **ponto 4** refere ainda que – “*Da gestão prevista no número anterior não pode resultar a atribuição de horas extraordinárias nem a necessidade de contratação de docentes.*”

Ora o período de Almoço é efectivamente uma interrupção lectiva consagrada na Lei.

Resulta, por isso, evidente que o período reservado à interrupção para almoço não faz parte da componente lectiva pelo que somos obrigados que apreciar duas componentes distintas:

- 1- A componente da cobertura, obrigatória, da refeição e ainda da vigilância e acompanhamento das crianças apenas durante o período restrito da refeição;*
- 2- A componente da vigilância posterior ao período de refeição que engloba, muito para além deste, o espaço de recreio escolar e actividades de monitorização e animação das crianças até ao reinício das actividades lectivas e que dura sempre de uma a duas horas;*

Bastará à prestadora do serviço de refeições prestar o serviço de vigilância e acompanhamento durante o período estrito da refeição, para cumprir absolutamente toda e qualquer obrigatoriedade previstas na Lei relativas ao que se denomina “período de almoço”.

**O Decreto-Lei n.º 144/2008 no seu Artigo 2º- Âmbito – refere que:**

- 1 - São transferidas para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação nas seguintes áreas:
  - a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
  - b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

Daqui resulta que a responsabilidade da Vigilância subsequente ao “Período de Almoço” deverá ser da responsabilidade dos funcionários do Estabelecimento de Ensino.

Deveria, por esta razão, o Município ou o Agrupamento de Escolas, providenciar os recursos necessários ao acompanhamento das crianças no tempo restante até ao reinício das actividades lectivas. Em alternativa, poder-se-ia considerar que, terminada a refeição, e não existindo os recursos para efectuar a vigilância e acompanhamento, os alunos deveriam ser entregues aos Encarregados de Educação até à hora de início das Actividades Lectivas.

A realidade, no terreno, é que nem o Município, nem os Agrupamento dispõem de recursos humanos para prestarem este serviço. É ainda justo entender que, a entrega das crianças aos EE, seria um absurdo e não deve sequer ser colocado em equação.



Actualmente, são as entidades prestadoras do serviço que prestam o serviço de vigilância posterior ao período de refeição. A maioria considera este período na CAF o que segundo a Lei vigente tem absoluto enquadramento legal. Asseguram, e muito bem, a vigilância e ministram actividades de animação, para além do período de almoço até ao reinício das actividades lectivas da tarde.

Fazem-no, também, com custos muitos reduzidos para as famílias evitando deste modo onerar os Encarregados de Educação e próprio o Município com custos muito mais significativos.

Caso assim não fosse, o Município teria de recrutar, ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 144/2008**, um número muito mais significativo de funcionários não docentes apenas para a execução desta tarefa.

Sensível e percebendo o problema decidiu, e muito bem, o Município de Braga considerar que o serviço de almoço é oneroso para o prestador de serviços. Percebeu, em tempo útil, que a disponibilidade dos recursos humanos necessários, para a prestação do serviço, teria de ser compensada para que a prestação fosse possível. Por essa razão paga, actualmente, aos prestadores do serviço, 0,40€ por aluno/refeição para assegurar a componente de almoço nos Estabelecimentos do 1º Ciclo.

No entanto, é evidente que este valor fica muito aquém das necessidades.

Em média, um estabelecimento de Ensino do 1º ciclo serve 75 refeições. Este serviço tem uma duração média de 45 minutos (período em que os alunos permanecem na cantina) aos quais devemos somar cerca de 75 minutos de vigilância prestada fora do espaço onde é servida a refeição. Para além deste tempo, os funcionários necessitam ainda cerca de 60 minutos para preparação do serviço e limpeza no início e fim deste serviço.

Para 75 alunos, são necessários, pelo menos, quatro funcionários (dois no acompanhamento directo aos alunos e dois na copa e cozinha).

Actualmente o Município paga  $75 \times 0,40\text{€} = 30\text{€}$  por dia para pagar 12 horas de trabalho. Ou seja, paga 2,5 Euros/hora para o serviço de refeições. Este pagamento é feito num período que corresponde a cerca de 8 meses por ano.

No entanto, os funcionários afectos ao serviço de refeições, na maioria das situações, estão afectos a contratos de 35 horas semanais com retribuição em 14 meses por ano.

Considerando, como referência, o ordenado mínimo nacional e as contribuições e impostos obrigatórios, o custo real por hora é de cerca de 7€ por hora de trabalho prestado.

A contrapartida actual do Município é quase **três** vezes inferior àquela que corresponde aos custos reais das entidades prestadoras do serviço e cobre apenas uma hora das três horas necessárias em média para a prestação do serviço. Isso obriga, necessariamente, as entidades a uma cobrança adicional para suportar o diferencial dos custos.

**Proposta:**

Analisadas as diversas situações, e sobretudo as reais necessidades existentes, propõe-se que seja encontrada uma solução que uniformize a prestação do serviço em todo o concelho.

Assim e seguindo um modelo idêntico ao adoptado nos Jardins-de-Infância, propomos que aos 0,40€ agora pagos por dia por refeição seja acrescentado um montante de mais 0,60€ de modo a cobrir as reais necessidades financeiras para a prestação deste serviço. Esta contrapartida, para além de tornar o serviço gratuito e universal na totalidade do concelho de Braga, evita maiores custos com a contratação de pessoal não docente por parte do Município e permite manter o modelo actual que é de muita qualidade e muito bem aceite pelos Encarregados de Educação na generalidade do Concelho de Braga.

Propõe-se ainda, porque o rácio tem de ser necessariamente diferente, que nas Escolas onde o número de alunos que consomem a refeição seja inferior a 75 alunos, a contrapartida seja de 1,20€ em vez 1,00€ de modo a equilibrar a diferença com rácio de funcionários necessário para a prestação do serviço.

Tendo em conta que o serviço de refeições também funciona, ainda que em menor número, no período de férias escolares, propõe-se o alargamento deste financiamento aos períodos de férias (Agosto excluído).

*Braga 28 de novembro de 2019*

*Os vereadores do Partido Socialista*